

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.637 - GO (2020/0253544-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : FUNDO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR**  
**PROCURADORE : JOÃO JOSÉ VILELA DE ANDRADE - GO027703**  
**S**  
**JOSÉ ALVES VIEIRA - GO012979**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO : ROBSON CUNHA DO NASCIMENTO JÚNIOR - GO024692**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por FUNDO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL EMBARGOS À EXECUÇÃO MULTA PROCON ATRASO NO ATENDIMENTO BANCÁRIO ILEGITIMIDADE PASSIVA DO FUNDO MUNICIPAL AFASTAMENTO (ARTIGO 57 DO CDC) ATO ILÍCITO COMPROVADO ATRASO NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO COMPETÊNCIA DO PROCON MANTIDA (ARTIGO 55 DO CDC) REDUÇÃO DA MULTA NÃO OCORRÊNCIA DE ABUSIVIDADE.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a", alega violação do art. 932, IV, do CPC, sob o fundamento de que somente poderá ser negado provimento de recurso que for contrário a acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O artigo 932, inciso IV, do CPC, prevê que o Insigne Relator somente poderá negar provimento de recurso que for contrário a acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, notadamente, que no presente caso, a turma julgadora na sua maioria IGNOROU REFERIDO DISPOSITIVO e inúmeras decisões dos Tribunais Pátrios, TENDO EM VISTA que a Lei Municipal 6.279/2013 em seu art. 38 (Lei anexada evento 52 dos autos), que dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura de Rio Verde/GO, além de revogar a Lei nº 6.219/2012 que criou o Fundo, enquadrando a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON de Rio Verde, entre as Entidades descentralizadas ao lado da

FESURV, do IPARV, etc (fls. 226).

Quanto à segunda controvérsia, pelas alíneas "a" e "c", alega violação dos arts. 41, III e IV, do CC e; 18 e 29 da CF/88, no que concerne ao reconhecimento da legitimidade ativa e passiva do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON - Rio Verde/GO para figurar no polo ativo da execução fiscal e passivo dos embargos à execução, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Isto posto, à luz do art. 105, III, alíneas a e c da Constituição Federal, e, também, do art. 1029, II do NCPC/2015, é cabível o presente RECURSO ESPECIAL como meio de alcançar o fim desejado, qual seja, a reforma do acórdão PARA RECONHECER A LEGITIMIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE RIO VERDE/GO PARA ATUAR NO POLO ATIVO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL PROPOSTA, BEM COMO, LEGITIMIDADE PASSIVA NOS PRESENTE EMBARGOS À EXECUÇÃO distribuído por dependência (fls. 227).

A Agência Municipal de Defesa do Consumidor PROCON de Rio Verde/GO que confunde com o Fundo, o único órgão existente no município em defesa do consumidor, na condição de Autarquia, já que possui personalidade jurídica própria, possui legitimidade e capacidade para ser acionada em juízo (fls. 227).

Ademais, resta pacificado pelo STJ o entendimento de que um ente da administração indireta, com personalidade jurídica e autonomia própria pode intentar ação Executiva Fiscal (fls. 228).

Repita-se, em 17 de dezembro de 2012, veio ao mundo jurídico a Lei nº 6.219/2012 que alterou a estrutura organizacional básica do município de Rio Verde e enquadraria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON entre as entidades descentralizadas (fls. 230).

Assim, não resta dúvida que o PROCON DE Rio Verde é uma autarquia, claramente restou definida como sendo um ente descentralizado (autarquia), sendo, então, uma autarquia, deve incidir a regra do art. 41, incisos III e IV, do Código Civil, que distingue o Município (pessoa Jurídica) de suas autarquias (outra pessoa jurídica) (fls. 230).

Logo, é patente a violação à Lei Federal no Acórdão recorrido, porque há um equívoco do Tribunal a fim de extinguir o feito em razão de ilegitimidade do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor PROCON, haja vista, que o Recorrente como Autarquia incide a regra do art. 41 incisos III e IV do Código Civil, que distingue o Município de suas Autarquias (fls. 230).

Portanto, requer o recebimento, conhecimento e provimento do presente Recurso Especial para que seja admitido e julgado

provido, conforme razões já expostas, uma vez que o Acórdão recorrido violou de forma expressa preceito de Lei Federal: artigo 41, inciso III c/c inciso IV (ou inciso V, conforme o enfoque dado), do Código Civil, bem como, do art. 18 e 29 da Constituição Federal. (fls. 231).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “O requisito do prequestionamento é indispensável, por isso que inviável a apreciação, em sede de recurso especial, de matéria sobre a qual não se pronunciou o Tribunal de origem, incidindo, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. 9. In casu, o art. 17, do Decreto 3.342/00, não foi objeto de análise pelo acórdão recorrido, nem sequer foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de prequestioná-lo, razão pela qual impõe-se óbice intransponível ao conhecimento do recurso quanto ao aludido dispositivo”. (REsp 963.528/PR, relator Ministro Luiz Fux, Corte Especial, DJe de 4/2/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; REsp 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019; AgInt no AREsp 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e AgRg no REsp 1.849.115/SC, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020.

Quanto à segunda controvérsia, tanto pela alínea "a" como pela alínea "c" na espécie, não é cabível o recurso especial porque interposto contra acórdão com fundamento em legislação local, ainda que se alegue violação de dispositivos de lei federal. Aplicável, por analogia, o óbice previsto na Súmula n. 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

Nesse sentido: “A tutela jurisdicional prestada pela Corte de origem com fundamento em legislação local impede o exame do apelo extremo, mediante aplicação da Súmula 280/STF”. (REsp 1.759.345/PI, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 17/10/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1.657.693/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/8/2020; AgInt no REsp 1.616.439/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 1º/6/2020; AgRg no REsp 1.822.671/MT,

# *Superior Tribunal de Justiça*

relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 7/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente